

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	12
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	14
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	15
2.5 Medições não contábeis	16
2.6 Eventos subsequentes as DFs	18
2.7 Destinação de resultados	19
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	22
2.10 Planos de negócios	23
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	25
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	26
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	33
5.4 Alterações significativas	39
5.5 Outras informações relevantes	40

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os valores constantes nesta Seção 2 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e devem lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e suas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81, em observância aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela CVM e conforme as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS").

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores, contendo declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 deste Formulário de Referência.

A Diretoria revisa regularmente as principais métricas financeiras e de liquidez descritas abaixo para avaliar os negócios da Companhia. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia ("Diretoria") entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua performance operacional, seus covenants (conforme descritos ao longo deste item) e sua estrutura de capital com base, dentre outros aspectos, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156").

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Abaixo, é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2023, a Companhia (i) manteve o *rating* de suas emissões de debêntures em elevado para AA+(bra) / Fitch Ratings, com perspectiva estável; (ii) realizou amortização de debêntures da 5ª emissão, conforme previsto originalmente nos cronogramas; e (iii) realizou a 8ª emissão de debêntures no montante de R\$ 750,0 milhões.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava dívida líquida consolidada com saldo negativo em R\$ 94,5 milhões, tendo a dívida bruta aumentado em 47,4% em relação a 2022.

Endividamento Consolidado (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Dívida Bruta	2.051,4	1.391,6	47,4%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2.145,9	1.414,0	51,8%
Dívida Líquida	(94,5)	(22,4)	-
Total do Patrimônio Líquido	2.447,9	2.355,3	3,9%
Índice de Alavancagem Financeira	-3,9%	-1,0%	-

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA consolidado, calculado conforme a Resolução CVM 156.

Os resultados financeiros consolidados da Companhia foram fortemente impactados pelos efeitos da inflação em 2023 na Argentina e pela desvalorização cambial do peso argentino no mês de dezembro de 2023, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por inflação) e a demonstração financeira da planta de Bahía Blanca, convertida para o real com o câmbio do final do exercício. Por este motivo, a tabela abaixo apresenta, para fins de informações complementares, o EBITDA Ajustado sem estes efeitos.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2023	2022	Var.
Lucro Líquido	791,3	1.334,3	-40,7%
Imposto de Renda/Contribuição Social	374,2	717,7	-47,9%
Resultado Financeiro Líquido	(185,8)	328,3	-
Depreciação e Amortização	247,0	247,3	-0,1%
EBITDA	1.226,6	2.627,6	-53,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>25,0%</i>	<i>36,1%</i>	<i>-11,1 p.p</i>
<i>Efeito IAS-29 e Variação Cambial Argentina</i>	<i>255,9</i>	<i>84,2</i>	<i>203,9%</i>
EBITDA Ajustado	1.482,5	2.711,8	-45,3%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>26,9%</i>	<i>37,5%</i>	<i>-10,7 p.p.</i>

O EBITDA consolidado (calculado de acordo com a Resolução CVM 156, em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 1.226,6 milhões, 53,3% inferior ao observado em 31 de dezembro de 2022, decorrente dos resultados operacionais no período, impactados pela atual conjuntura do setor químico em ciclo de baixa, com queda de produção e vendas internas e incremento das importações, no qual o cenário internacional se mostrou desfavorável e desafiador para a baixa competitividade da indústria brasileira frente aos players internacionais, além dos efeitos da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

inflação e desvalorização cambial na Argentina. O EBITDA Ajustado, excluindo-se estes efeitos, foi de R\$ 1.482,5 milhões, com queda de 45,3% em relação a 2022.

Índices de Liquidez - Consolidado	2023	2022
Corrente (Ativo circulante / Passivo circulante)	2,36	1,74
Geral (Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,93	0,89

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 2,32, em comparação a 1,74 em 31 de dezembro de 2022, sendo que o aumento foi decorrente, principalmente, de redução do montante disponível de caixa na Companhia. Além disso, o índice de liquidez geral foi de 0,89 em 31 de dezembro de 2022 para 0,93 em 31 de dezembro de 2023.

b. estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Estrutura de Capital – Consolidado (R\$ milhões)	2023	2022
Passivo exigível – capital de terceiros	3.948,6	3.639,1
Patrimônio líquido – capital próprio	2.447,9	2.355,3
Total do passivo – capital total	6.396,5	5.994,4
<i>Exigível / PL</i>	<i>1,61</i>	<i>1,55</i>

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda cáustica, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila ("PVC"), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 2.145,9 milhões, sendo R\$ 1.343,2 milhões de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 794,8 milhões de aplicações financeiras no curto prazo e R\$ 7,9 milhões de aplicações financeiras no longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e de captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta aumentou 47,4% em relação a 31 de dezembro de 2022, devido à 8ª emissão de debêntures no montante de R\$ 750,0 milhões, o que foi parcialmente compensado pela amortização parcial da 5ª emissão de debêntures, conforme cronograma original. Em dezembro de 2023, o *rating* da Companhia foi mantido em AA+(bra) / Fitch Ratings.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico, bem como para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2023 e 2022 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 3.948,6 milhões e R\$ 3.639,1 milhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 2.051,4 milhões e R\$

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1.391,6 milhões, respectivamente.

Endividamento total

Endividamento (R\$ milhões)	Moeda	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Debêntures	R\$	1.755,5	1.102,1	59,3%
Nota Promissória	R\$	271,2	242,6	11,8%
Capital de Giro	R\$	-	12,3	-
BNDES	R\$	24,7	34,6	-28,6%
Dívida Bruta	R\$	2.051,4	1.391,6	47,4%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, são apresentados os contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia em 31 de dezembro de 2023 com eventuais restrições (covenants financeiros):

Empréstimos/ Financiamentos (R\$ milhões)	Moeda	Indexador	Saldo em 31 de dezembr o de 2023	Covenants Financeiros
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	14,3	Sem covenants financeiros
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	10,3	Sem covenants financeiros
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	137,9	(a) Dívida Líquida/EBITDA¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA¹/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 6ª emissão (1ª série)	R\$	CDI + 1,70% a.a.	119,7	(a) Dívida Líquida/EBITDA¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA¹ seja maior ou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

				igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 6ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	237,0	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 7ª emissão	R\$	CDI + 1,90% a.a.	495,8	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 8ª emissão	R\$	CDI + 2,05% a.a.	765,2	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x até a quitação das demais emissões públicas de valores mobiliários realizadas pela Companhia e, Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 3,00x após a quitação das dívidas existentes ou caso a Companhia tenha obtido a renúncia ou perdão temporário dos respectivos credores das dívidas existentes em relação aos índices

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

				financeiros previstos nas demais emissões; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA1 seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA1 for superior a 2,0x. (b) EBITDA1/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas promissórias – 3ª emissão (1ª série)	R\$	CDI + 1,70% a.a.	136,1	(a) Dívida Líquida/EBITDA1 menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA1 seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA1 for superior a 2,0x. (b) EBITDA1/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas promissórias – 3ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	135,1	(a) Dívida Líquida/EBITDA1 menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA1 seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA1 for superior a 2,0x. (b) EBITDA1/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA, conforme instrumento de escritura particular da 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures e da 3ª emissão de notas promissórias, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos abaixo, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas na tabela.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante o último exercício social, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei das S.A.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* financeiros dos empréstimos relevantes em 31 de dezembro de 2023 são apresentados no quadro acima do item (i), sendo referentes a Dívida Líquida/EBITDA, Capex e Resultado Financeiro/EBITDA. A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* financeiros do item (i) acima acarreta o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, o índice Dívida Líquida/EBITDA era de -0,08x, tendo em vista que a dívida líquida é negativa e o EBITDA/Resultado Financeiro Líquido de 6,60x.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures e notas promissórias possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário, restrição à distribuição de dividendos e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Os empréstimos BNDES indicados no item (i) foram concedidos à Unipar Indupa do Brasil e possuem *covenants* não-financeiros, por meio dos quais essa empresa se obriga a, sem prévia autorização do BNDES, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas, ressalvado os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Unipar Indupa do Brasil ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material.

Para a 5ª emissão de debêntures, os *covenants* não-financeiros são: (a) restrição para distribuição de dividendos limitado ao percentual mínimo legal caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (b) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x.

Para a 6ª e a 7ª emissão de debêntures e notas promissórias, os *covenants* não-financeiros são: (a) restrição para distribuição de dividendos limitado ao percentual mínimo legal caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (b) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para a 8ª emissão de debêntures, os *covenants* não-financeiros são: (i) restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x.

Vale ressaltar, ainda, que 99% do endividamento relevante da Companhia, representado pelas debêntures e notas promissórias divulgadas no item 2.1(f)(i) acima, possui cláusula de vencimento antecipado e inadimplemento cruzado (*cross-default* ou *cross-acceleration*). Tais contratos também possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de eventual descumprimento de *covenants* por empresas controladas da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com os compromissos assumidos nos contratos aqui referidos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía saldos ainda não utilizados referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Demonstrações dos Resultados – Consolidado (R\$ mil)	2023	AV	2022	AV	AH
Receita operacional líquida	4.897.288	100%	7.270.406	100%	-32,6%
Custo dos produtos vendidos	(3.199.994)	65%	(4.015.101)	55%	-20,3%
Lucro bruto	1.697.294	35%	3.255.305	45%	-47,9%
Despesas com vendas	(227.927)	5%	(272.527)	4%	-16,4%
Despesas administrativas	(445.956)	9%	(507.986)	7%	-12,2%
Resultado de equivalência patrimonial	13.501	-	16.772	-	-19,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(57.278)	1%	(111.306)	2%	-48,5%
Lucro antes do resultado financeiro, ir e contribuição social	979.634	20%	2.380.258	33%	-58,8%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	185.827	4%	(328.268)	5%	-
Receitas financeiras	356.608	7%	(21.412)	0%	-
Despesas financeiras	(170.781)	-3%	(306.856)	4%	-44,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.165.461	24%	2.051.990	28%	-43,2%
Imposto de renda e contribuição social (corrente) diferido	(374.188)	8%	(717.687)	10%	-47,9%
Lucro líquido do período	791.273	16%	1.334.303	18%	-40,7%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Os resultados financeiros consolidados da Companhia foram fortemente impactados pelos efeitos da inflação em 2023 na Argentina e da desvalorização cambial do peso argentino no mês de dezembro de 2023, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

inflação) e a demonstração financeira da planta de Bahía Blanca, convertida para o real com o câmbio do final do exercício.

Receita operacional líquida

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 4,9 bilhões em 2023, 32,6% inferior a 2022. Excluindo-se os efeitos da inflação e desvalorização cambial na Argentina, a receita líquida ajustada, em 2023, foi de R\$ 5,5 bilhões, queda de 23,6% em relação a 2022 comparativamente, devido à queda dos preços internacionais da soda cáustica e do PVC em função dos preços de soda e PVC.

Custo dos produtos vendidos ("CPV")

Em 2023, o CPV consolidado foi de R\$ 3,2 bilhões, redução de 20,3% em relação a 2022, devido à redução no volume de produção e afetados pelos preços das matérias-primas que não recuaram significativamente em relação ao preço internacional do produto, notadamente o etileno.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consolidadas somaram R\$ 227,9 milhões em 2023, resultando em um patamar 16,4% inferior a 2022. A redução foi decorrente, principalmente, de menor despesa com frete e desembaraço.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 446,0 milhões em 2023, 12,2% inferior a 2022. Em 2022, ocorreram eventos não-recorrentes como o Plano de Concessão de Ações (R\$ 31,6 milhões) e consultorias estratégicas para novos projetos.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban, Tucano Holdings III, Lar do Sol e Veleiros foi positiva em R\$ 13,5 milhões em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 16,9 milhões de resultado positivo das parcerias de energia renovável e R\$ 3,3 milhões negativos do resultado da Solalban.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2023, outras receitas (despesas) operacionais líquidas consolidadas corresponderam a uma despesa de R\$ 57,3 milhões, sendo 48,5% inferior a 2022, em razão, principalmente, de reversão de provisões no período.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado foi positivo em R\$ 185,8 milhões em 2023, enquanto havia sido negativo em R\$ 328,3 milhões em 2022, devido, principalmente, à perda na variação cambial decorrente de contrato de mútuo firmado entre Unipar Indupa do Brasil e Unipar Indupa SAIC. Os ganhos cambiais com passivos financeiros, principalmente na controlada indireta Unipar Indupa do Brasil foram os responsáveis pela receita financeira em 2023.

Lucro líquido

Em 2023, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 791,3 milhões, 40,7% inferior a 2022. A redução ocorreu devido, principalmente, à redução da receita no comparativo entre os períodos, parcialmente compensado por créditos de imposto de renda provenientes da Lei do Bem, dentre outros no montante de R\$ 125,4 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	2023	2022	Var.
Caixa líquido nas atividades operacionais	1.065,1	2.036,3	-47,7%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(207,7)	(58,8)	253,2%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	158,9	(1.673,2)	-109,5%
Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	(75,2)	(233,3)	-67,7%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	941,1	70,9	1.227,4%

Atividades operacionais

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 1.065,1 milhões, sendo 47,7% inferior ao R\$ 2.036,3 milhões do ano de 2022, e decorrente, principalmente, pelos efeitos da inflação em 2023 na Argentina e da desvalorização cambial do peso argentino que impactaram a consolidação do balanço.

Atividades de investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 207,7 milhões, apresentando um aumento de 253,2% em relação ao caixa líquido negativo de 2022, decorrente, principalmente, dos investimentos realizados na planta de Santo André, na construção da nova planta de Camaçari/BA e aplicações em imobilizado e intangíveis.

Atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2023, houve entrada líquida de R\$ 158,9 milhões devido, principalmente, à captação de recursos através da 8ª emissão de debêntures, parcialmente compensado pela amortização de empréstimos e debêntures. Destaca-se que, no ano anterior, houve desembolso de dividendos no montante de R\$ 1.355,4 milhões, enquanto, em 2022, este montante foi de R\$ 345,4 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de três plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados, operando em um único segmento operacional.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	2023		2022	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC	4.897,3	100,0%	7.270,4	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 2.1 do Formulário de Referência, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia no último exercício social foram, principalmente, redução do volume de vendas e queda dos preços internacionais de referência dos produtos vendidos. Os resultados financeiros consolidados da Companhia também foram fortemente impactados pelos efeitos da inflação em 2023 na Argentina e desvalorização cambial do peso argentino no mês de dezembro de 2023, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por inflação) e demonstração financeira da planta de Bahía Blanca convertido para o real com o câmbio do final do exercício.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas. Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação. Aproximadamente 85% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), parte dos custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, insumo primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólar norte-americano. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira,

2.2 Resultados operacional e financeiro

assim como no sal, em menor escala. Cerca de 30% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano.

Especificamente para o ano de 2023, os resultados financeiros consolidados da Companhia foram fortemente impactados pelos efeitos da inflação em 2023 na Argentina e desvalorização cambial do peso argentino no mês de dezembro de 2023, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por inflação) e demonstração financeira da planta de Bahía Blanca convertido para o real com o câmbio do final do exercício.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme demonstrado no item 2.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no último exercício social, assim como não houve efeitos significativos nas informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 como resultado de alteração de práticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer do auditor às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 não apresentou opiniões modificadas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no resultado antes dos tributos, acrescido das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela Receita operacional líquida. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são utilizados como medidas práticas de desempenho pela administração da Companhia, razão pela qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com título semelhante fornecido por outra companhia.

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA, tomando como base o EBITDA consolidado calculado conforme a Resolução CVM 156.

Os resultados financeiros consolidados da Companhia foram fortemente impactados pelos efeitos da inflação em 2023 na Argentina e desvalorização cambial do peso argentino no mês de dezembro de 2023, em conformidade com a aplicação da norma contábil do IAS 29 (ajuste por inflação) e demonstração financeira da planta de Bahía Blanca convertido para o real com o câmbio do final do exercício. Por este motivo, a tabela abaixo apresenta, para fins de informações complementares, o EBITDA Ajustado sem estes efeitos.

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2023	2022	Var.
EBITDA	1.226,6	2.627,6	-53,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>25,0%</i>	<i>36,1%</i>	<i>-11,1 p.p</i>
<i>Efeito IAS-29 e Variação Cambial Argentina</i>	<i>255,9</i>	<i>84,2</i>	<i>203,9%</i>
EBITDA Ajustado	1.482,5	2.711,8	-45,3%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>26,9%</i>	<i>37,5%</i>	<i>-10,6 p.p.</i>

O EBITDA (calculado de acordo com a Resolução CVM 156), em 2023, foi de em R\$ 1.226,6 milhões, 53,3% inferior ao observado em 2022. O aumento foi decorrente, principalmente, dos resultados operacionais no período, impactados pela atual conjuntura do setor químico e forte concorrência com importações, além dos efeitos da inflação e desvalorização cambial na Argentina. O EBITDA Ajustado, excluindo-se estes efeitos, foi de R\$ 1.482,5 milhões em 2023, com queda de 45,3% em relação a 2022.

2.5 Medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado:

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2023	2022	Var.
Lucro Líquido	791,3	1.334,3	-40,7%
Imposto de Renda/Contribuição Social	374,2	717,7	-47,9%
Resultado Financeiro Líquido	(185,8)	328,3	-
Depreciação e Amortização	247,0	247,3	-0,1%
EBITDA	1.226,6	2.627,6	-53,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>25,0%</i>	<i>36,1%</i>	<i>-11,1 p.p</i>
<i>Efeito IAS-29 e Variação Cambial Argentina</i>	<i>255,9</i>	<i>84,2</i>	<i>203,9%</i>
EBITDA Ajustado	1.482,5	2.711,8	-45,3%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>26,9%</i>	<i>37,5%</i>	<i>-10,6 p.p.</i>

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores adicionais às demonstrações financeiras. No entanto, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Dessa forma, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não devem ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com título semelhante fornecido por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não constam eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 capazes de alterá-las substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação dos resultados: os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

<p>a. Regras sobre retenção de lucros</p>	<p>A Companhia adota como política de retenção de lucros as previsões contidas em sua Política de Destinação de Resultados aprovada em 31 de julho de 2019, seu estatuto social e na Lei das S.A., autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.</p> <p>A Companhia prevê a seguinte destinação para o seu lucro do exercício: (i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais; (ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido; (iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe "A", dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária (v) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos; e (vi) o saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos.</p>
<p>a.i. Valores das Retenções de Lucros</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, sendo que R\$ 534.628,53 foram destinados à reserva de incentivos fiscais.</p>
<p>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Reserva de Incentivos fiscais: 0,07%</p>
<p>b. Regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A. deve ser anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe "A" tem direito a dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação; e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe "B" tem prioridade no</p>

2.7 Destinação de resultados

	reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos da Companhia garante aos acionistas a distribuição anual de dividendos, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base no balanço semestral e (ii) com base em balanços levantados em períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo estatuto social da Companhia, não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2019. A política está disponível no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.unipar.com).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

- iii. contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

- v. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. **natureza e o propósito da operação**
- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla a implantação de projetos voltados à continuidade, manutenção e expansão operacional, que incluem a diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis, acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo e aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados à autoprodução de energia por equiparação, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental, saúde ocupacional e projetos sociais relacionados.

Em setembro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado em 25 de setembro de 2023, foi aprovado o Projeto de Phase Out das Tecnologias de Diafragma e de Mercúrio relativo à Planta de Cubatão/SP, a ser realizado até 2025. O projeto tem por objetivo adequar as atividades da Companhia em território brasileiro à Convenção de Minamata sobre Mercúrio, que foi ratificada pelo Brasil em agosto de 2017 e estabeleceu o mês de dezembro de 2025 como prazo mandatório para término de processos de manufatura de cloro/soda nos quais mercúrio ou compostos de mercúrio sejam utilizados. Por meio deste projeto e simultaneamente à substituição das células de mercúrio supracitadas, a Companhia substituirá também o processo de produção de cloro/soda via células de diafragma, ambas pela tecnologia membrana "Zero Gap", o que implicará na modernização e unificação do processo de produção de cloro/soda na planta industrial de Cubatão. A Companhia estima que terá Capex total aproximado de US\$ 200 milhões e que a capacidade de produção de cloro da Planta de Cubatão/SP, atualmente de 210 mil toneladas de cloro ao ano - considerando os processos via células de mercúrio e de diafragma - não sofrerá alterações com a unificação de tecnologias.

Em 2022, conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 5 de junho e 14 de setembro de 2022, se iniciou o projeto de implementação de uma planta de produção de cloro/soda e derivados no Polo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia, construído em modelo *greenfield*, com capacidade de produção de 20 mil toneladas de cloro e 22 mil toneladas de soda cáustica ao ano. A estimativa é de que as operações sejam iniciadas no 2º semestre de 2024, com investimentos de cerca de R\$ 234 milhões.

Em novembro de 2019, a Companhia divulgou seu primeiro projeto de construção e fornecimento de energia de matriz limpa com o propósito de fornecimento de energia para as plantas no Brasil. Atualmente, há 3 projetos que compõem o plano de investimento da Companhia, quais sejam:

- 1) Complexo Eólico Tucano, em parceria com a AES Brasil, cuja produção e fornecimento de energia já se iniciou em 2023 e na qual a Companhia possui 50% de participação das ações da Tucano Holding III S.A.;
- 2) Parque Solar Lar do Sol, em parceria com a Atlas Renewable Energy, para geração e fornecimento de energia solar localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, cuja geração e fornecimento de energia se iniciou em abril de 2023;
- 3) Complexo Eólico Cajuína (RN) / Veleiros, em parceria com a AES Brasil, para fornecimento de energia eólica, com previsão de início de fornecimento de energia em 2024.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma

2.10 Planos de negócios

atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são a geração de caixa operacional e capital de terceiros, por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos em seu plano de negócios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, a Companhia apresentou, pela primeira vez, sua Estratégia de Sustentabilidade, que englobou compromissos entre 2025 e 2030 e ambições até 2050, após a realização de sua Matriz de Materialidade e divulgação do primeiro Relatório de Sustentabilidade.

Tais compromissos e ambições estão diretamente ligados aos projetos mencionados no item (i), como:

- Redução de emissão de gás carbônico;
- Aumento no percentual de utilização de energia elétrica de matriz renovável;
- Eliminação da utilização de mercúrio no processo de produção de cloro/soda cáustica;
- Aumento no percentual de ácido clorídrico produzido com hidrogênio verde; e
- Compromisso com a gestão de zero acidentes e incidentes operacionais.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia esclarece que em 2023 não ocorreram outros fatores (tais como despesas com publicidade, patrocínios e convênio) que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2019 e, posteriormente, revisada em 11 de novembro de 2021. A Política de Gestão de Riscos é aplicável à Companhia e às suas controladas e está disponível no site da CVM (sistemas.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/).

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos busca estabelecer diretrizes e princípios para a adequação da Companhia às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação tempestiva dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos estratégicos e realização de seus negócios.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma significativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos, os riscos para os quais a Companhia busca proteção incluem, mas não se limitam, aos:

Risco estratégicos: são aqueles associados às estratégias adotadas pela Companhia para o atingimento de seus objetivos de negócio, porém acabam gerando perdas financeiras, além de mudanças políticas e econômicas no contexto em que a Companhia está inserida, seja no âmbito nacional ou internacional.

Riscos Financeiros: taxa de juros, cambial, de crédito, de liquidez ou qualquer outro que resulte em perdas de recursos financeiros.

Risco de taxa de juros: é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado se refere, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Risco cambial: associado aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos da companhia e/ou suas controladas atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial se refere principalmente às variações do dólar norte-americano.

Risco de crédito: é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir com uma obrigação prevista

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Risco de liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

Riscos operacionais: riscos que resultem em perdas por deficiência ou inadequação de processos internos e controles de operação; pessoas; sistemas, incluindo os de informação; falhas no gerenciamento de recursos e controles internos ou fraudes que comprometam as atividades da Companhia, além de eventos externos.

Risco de Compliance e Legal: associados às sanções legais ou regulatórias, de perda de reputação ou financeira em razão do não cumprimento da legislação vigente, do Código de Conduta da Companhia, de suas demais políticas, procedimentos e normas internas.

É importante ressaltar que esta não é uma lista exaustiva de todos os riscos que podem afetar os negócios da Companhia. A Companhia pode estar sujeita a outros riscos que não foram mencionados acima, mas que estão compreendidos no item 4 deste Formulário de Referência. Por isso, é importante que os *stakeholders* da Companhia leiam atentamente o Formulário de Referência e demais documentos disponibilizados em seu site de RI (ri.unipar.com) para compreender melhor os riscos e as oportunidades relacionados aos negócios da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à própria Companhia, ao público externo, o meio ambiente, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A Companhia entende que adota boas práticas de gestão de riscos, atendendo aos mecanismos de identificação, avaliação, monitoramento, prevenção e controle baseados em normativas da regulamentação local e nas principais referências internacionais bem como conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

Os riscos inerentes aos negócios e atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados semestralmente, permitindo a identificação de eventuais vulnerabilidades e outros fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos da gestão de riscos da Companhia.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Riscos define as medidas adotadas pela Companhia para a proteção contra riscos, quais sejam:

- Identificação e análise de riscos: Os riscos são identificados e priorizados por criticidade para garantir que qualquer risco que venha a se concretizar seja conhecido previamente e gerido em um grau aceitável.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Avaliação de Riscos: Processo que tem como finalidade auxiliar a Companhia nas tomadas de decisão, identificando os riscos que devem ser monitorados e tratados com prioridade. Os riscos são analisados tendo sua origem e causa avaliadas, além de potenciais impactos e consequências que possam influenciar adversamente os objetivos estratégicos da Companhia, bem como a probabilidade de se concretizarem.
- Tratamento e mitigação de riscos: Com base no resultado da avaliação de riscos, a Área de Riscos deve aprovar o plano de ação sugerido pela área gestora com o intuito de mitigar suas consequências e melhorar o ambiente de controles internos da Companhia, atendendo a mecanismos de prevenção, detecção e controle previstos na legislação vigente, além de fornecer treinamentos e atualizar os procedimentos adotados.
- Monitoramento de Riscos: Existe um monitoramento de riscos do negócio através de indicadores de desempenho em vários níveis de gestão, como por exemplo: estratégicos, operacionais, financeiros, compliance e legal.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia devem participar ativamente do desenho dos processos de gestão de riscos e são responsáveis pela identificação, descrição e gerenciamento dos riscos inerentes ao desenvolvimento de suas atividades juntamente com a Área de Riscos. Além disso, devem implementar e monitorar os planos de mitigação preventiva ou corretiva dos riscos em conjunto com a Área de Riscos, e comunicar qualquer ocorrência de materialização do risco identificado na área.

As Diretorias, Presidência, Comitê de Auditoria, Comitê de Ética, e os Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia e eficiência do sistema de controles internos da Companhia, que é segregado por funções, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Órgão responsável pela elaboração de diretrizes e tomadas de decisão estratégicas, que define o nível de risco a ser tomado pela Companhia, tendo como base os retornos e consequências a serem assumidas.

Comitê de Auditoria

Responsável pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia e eficiência dos mecanismos internos de controle, identificando e monitorando os mesmos para avaliar se o nível de risco está dentro do padrão aceitável pela Companhia.

Diretoria Estatutária

Estabelece diretrizes para o gerenciamento de riscos através de informações apresentadas pelas áreas gestoras. Também adota uma estrutura organizacional capaz de avaliar e monitorar os riscos aos quais está sujeita.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Área de Riscos

Responsável pelo desenvolvimento e divulgação da cultura de gestão de riscos na Companhia, além de definir a metodologia corporativa a ser adotada, identificar e monitorar os riscos e orientar as áreas de negócios na implementação dos planos de ação estabelecidos para garantir a correta gestão e mitigação de riscos.

Também deve validar os projetos relacionados à gestão de riscos com a Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como assessorar as demais áreas da Companhia na avaliação dos riscos identificados e assegurar que a Política de Gestão de Riscos seja observada.

Área de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade (SSMAQ)

Responsável pelos ciclos de análise dos riscos corporativos e operacionais, que ocorrem mais de uma vez ao ano, em conjunto com as áreas de negócios e identificação de controles existentes realizada pela área de Controles Internos.

Cabe destacar que devido a certas limitações inerentes a qualquer programa de gestão de riscos, os controles internos da Companhia podem não evitar ou detectar todos os riscos e erros que venham a ocorrer.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia considera que a estrutura operacional e os controles internos são adequados e permitem a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia e dos normativos de risco de mercado. Periodicamente a Auditoria Interna da Companhia verifica se os controles propostos através da Política de Gestão de Riscos estão em conformidade.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Os diretores avaliam a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras. Tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos divulgados à Companhia e suas controladas, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco. As responsabilidades dos agentes que trabalham juntos para assegurar um ambiente de controles internos com segurança razoável são distintas, mas devem estar alinhadas para garantir integridade da tomada de decisões e independência de seus agentes. Desta forma, as seguintes atribuições de cada agente devem ser observadas:

Conselho de Administração: aprovar a Política de Gestão de Riscos, garantir estruturas de reporte adequadas, delegar responsabilidades, promover recursos para suportar os objetivos da Companhia em relação aos processos de controles internos e monitoramento e gerenciamento de riscos com reportes periódicos das áreas responsáveis e do Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Diretor Presidente.

Comitê de Auditoria: apreciar e apresentar ao Conselho de Administração suas observações acerca das atividades executadas pela área de Auditoria Interna, Auditoria Externa e de Gestão de Riscos, supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, bem como reportar ao Conselho de Administração sobre as práticas de gerenciamento de riscos e ambiente de controles internos da Companhia.

Comitê de Ética: apreciar e apresentar ao Conselho de Administração, em conjunto com a área de Compliance, suas observações acerca do monitoramento e gestão dos riscos de compliance como assédio, discriminação, corrupção, fraude e conflitos de interesses.

Diretoria: liderar e dirigir de gerenciamento de riscos e controles internos, acompanhar o periodicamente a evolução do gerenciamento de riscos e dos relatórios das áreas de Riscos e Controles Internos e de área de Compliance e Auditoria Interna, manter um diálogo e reporte contínuo com os órgãos de governança e incorporar e garantir a manutenção de práticas de controles internos em seu processo decisório.

Área de Compliance: desenvolver, implementar e melhorar continuamente as práticas de governança relacionadas ao Programa de Compliance, incluindo reportes periódicos ao Comitê de Ética sobre as denúncias recebidas através do Linha Direta Unipar.

5.2 Descrição dos controles internos

Área de Riscos: Responsável pelo desenvolvimento e divulgação da cultura de gestão de riscos na Companhia, além de definir a metodologia corporativa a ser adotada, identificar e monitorar os riscos e orientar as áreas de negócios na implementação dos planos de ação estabelecidos para garantir a correta gestão e mitigação de riscos. Também deve validar os projetos relacionados à gestão de riscos com a Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria. Além disto, assessora as demais áreas na avaliação de riscos identificados e assegura que a Política de Gestão de Riscos seja seguida e respeitada.

Os riscos inerentes aos negócios e atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados semestralmente pela área de gestão de riscos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Área de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade (SSMAQ): Responsável pelos ciclos de análise dos riscos operacionais, que ocorrem mais de uma vez ao ano, em conjunto com as áreas de negócios e identificação de controles existentes.

Gestores e colaboradores: gestores e colaboradores da Companhia também deverão implementar e monitorar os planos de ação de mitigação preventivas ou corretivas em conjunto com a Área de Riscos e comunicar qualquer ocorrência de materialização do risco identificado na área. Adicionalmente, devem definir controles dos processos de suas respectivas áreas em conjunto com a Área de Riscos.

Auditoria Interna: é responsável por avaliar o ambiente e processos de controles internos existentes, bem como a governança corporativa da Companhia, para identificação de melhorias, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria.

Outras áreas internas: todas as áreas que geram transações financeiras (por exemplo, as áreas de vendas, custos, despesas, impostos, entre outras) participam ativamente do desenho de seus processos operacionais de registro e controle.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos da Companhia é supervisionada pela administração, que conta com diferentes agentes responsáveis por garantir a segurança e confiabilidade desses controles. O Conselho de Administração avalia e aprova as diretrizes de controles internos e a Política de Gestão de Riscos, monitora a eficácia dos mecanismos de gerenciamento de riscos adotados e delega responsabilidades para suportar os objetivos da Companhia. O Comitê de Auditoria supervisiona a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos e reporta tempestivamente ao Conselho de Administração.

A Diretoria lidera e dirige a aplicação de recursos para atingir os objetivos da Companhia. A Área de Controles Internos e a área de Gestão de Riscos são responsáveis por estabelecer metodologias, modelos, padrões e ferramentas para o gerenciamento de riscos e controles internos e a Auditoria Interna avalia a adequação e eficácia do ambiente de controles internos. A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

Os relatórios sobre controles internos são emitidos pela área de Auditoria Interna e Controles Internos, bem como pela Auditoria Independente, apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e conselho fiscal da Companhia.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o auditor independente não identificou deficiências nos controles internos da Companhia que possam ser consideradas significativas, fraquezas materiais e/ou com impactos relevantes relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme indicado no item (d) acima, não foram apontadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Para além dos pontos de recomendação apontados pelos auditores independentes, independente das análises externas, a Companhia trabalha continuamente na melhoria destes processos e cria mecanismos de controle para evitar recorrência, sendo que os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

5.3 Programa de integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um Programa de Compliance composto por políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam ser praticados contra a administração pública. Essas medidas incluem: Código de Conduta, Código de Conduta para Terceiros, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Corporativa Concorrencial, Política de Compliance e Política de Responsabilidade Social, bem como a instalação do Comitê de Ética. Também fazem parte do Programa de Compliance comunicações e treinamentos, mapeamento e avaliações dos riscos de compliance, revisões periódicas das políticas e procedimentos internos, avaliação dos parceiros de negócios, disponibilização de um canal independente e confidencial para o reporte de denúncias, bem como o monitoramento do Programa de Compliance.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta, cuja versão atualmente vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2021, estabelece um conjunto de diretrizes para orientação sobre as ações de conduta, normas e regras a serem seguidas e que estão alinhadas com as melhores práticas de governança corporativa. O Código de Conduta está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br).
- **Código de Conduta para Terceiros:** O Código de Conduta para Terceiros, cuja versão atualmente vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021, estabelece as principais diretrizes que devem nortear as relações com toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que se relacione ou que atue em nome da Companhia, suas empresas coligadas e controladas, incluindo, entre outros, quaisquer prestadores de serviço, fornecedores, consultores, revendedores, parceiros de negócio, despachantes e parceiros em *joint ventures*. O Código de Conduta para Terceiros está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (sistemas.cvm.gov.br).
- **Política Anticorrupção:** Aprovada em 17 de março de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia, a Política Anticorrupção dispõe sobre as diretrizes relevantes das leis anticorrupção aplicáveis à Companhia, bem como estabelece padrões de relacionamento com agentes públicos e terceiros. A Política Anticorrupção está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).
- **Política de Compliance:** A Política de Compliance foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2022. O documento estabelece as diretrizes do Programa de Compliance a fim de

5.3 Programa de integridade

fortalecer a cultura de ética e integridade, alavancar os negócios e proteger a reputação da Companhia, bem como contribuir para as melhores tomadas de decisão e a agilidade na adaptação às constantes mudanças inerentes ao negócio da Companhia, aperfeiçoando o atendimento, a qualidade do produto e o relacionamento da Companhia com seus colaboradores, parceiros, fornecedores, clientes, Administração Pública e demais stakeholders. A Política de Compliance está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

- **Canal de Denúncias:** A Companhia possui um Canal de Denúncias disponível para colaboradores, fornecedores, usuários e qualquer pessoa que tenha conhecimento de algum desvio ou suspeita de desvio a leis, regulamentos ou ao Código de Conduta. O canal é administrado por empresa terceirizada, o que confere a independência necessária para o recebimento de denúncias de forma confidencial e anônima, e pode ser acessado em <https://www.contatoseguro.com.br/Unipar>, no portal da Companhia e gratuitamente pelos seguintes telefones: 0800 666 3243 (Argentina) e 0800 648 6309 (Brasil).
- **Treinamentos e Comunicação:** A Companhia realiza treinamentos sobre temas de compliance, disponíveis a todos os colaboradores. Novos colaboradores recebem treinamentos obrigatórios sobre o Código de Conduta e demais práticas de compliance e integridade adotadas pela Companhia. Além disso, cabe à Área de Compliance assegurar que o compliance individual seja executado a fim de garantir que as contratações e promoções de membros da alta administração da Companhia atendam aos critérios de ética e integridade estabelecidos no Programa de Compliance.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimentos internos sobre o tratamento de dados pessoais e investigação interna. Todos estes trabalhos são baseados em um plano de auditoria anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, a Companhia possui uma matriz de riscos de auditoria, para a qual são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas na definição das prioridades a serem auditadas. Além disso, foi desenvolvida a frente de auditoria contínua com automação de testes de auditoria no sistema SAP.

Por fim, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao sistema ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros. Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

A estrutura organizacional responsável pelo monitoramento e eficiência dos mecanismos internos de integridade da Companhia é composta por:

- (i) **Conselho de Administração:** é responsável prover o suporte necessário à Área de Compliance e ao Comitê de Ética para o desenvolvimento e a execução do programa de compliance da Companhia, bem como por realizar o incentivo à ética através dos veículos de comunicação interna e externa da Companhia;
- (ii) **Comitê de Ética:** instituído em 15 de novembro de 2015. É responsável, dentre outras atribuições, por (i) fornecer as diretrizes e orientações da execução e manutenção do programa de compliance; (ii) deliberar, quando solicitado, acerca das denúncias recebidas via Linha Direta Unipar; (iii) assegurar a gestão adequada e eficiente do cumprimento do Código de Conduta e do programa de compliance; (iv) deliberar sobre questões relacionadas a patrocínios e doações em nome da Companhia e, quando solicitado, acerca de casos de conflito de interesses (v) deliberar acerca de apurações de denúncias/suspeitas de irregularidades e indicar medidas disciplinares para as áreas responsáveis; e (vi) reportar, trimestralmente, suas atividades e indicadores ao Diretor Presidente e ele reportar anualmente ao Conselho de Administração;
- (iii) **Área de Compliance:** é responsável, dentre outras atribuições, por (i) implantar e executar o Programa de Compliance com o suporte das demais áreas; (ii) multiplicar a cultura ética e de integridade por meio de iniciativas e dinâmicas com os colaboradores; (iii) recomendar a atualização das políticas do Programa de Compliance sempre que entender cabível ou conforme melhores práticas do mercado; e (iv) assegurar que o procedimento de compliance individual seja executado a fim de garantir que as contratações e promoções de membros da alta administração atendam aos critérios de ética e integridade em linha com o Programa de Compliance. As diretrizes do Programa de Compliance estão apresentadas na Política de Compliance, que está disponível no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta e um Código de Conduta para Terceiros, formalmente aprovados pelo Conselho de Administração, e que se aplicam a todos os colaboradores, administradores, conselheiros, membros de comitê, terceiros e prestadores de serviços, independentemente de cargo, função, posição ou unidade de trabalho. O objetivo do Código de Conduta e do Código de Conduta para Terceiros é estabelecer as principais diretrizes que devem nortear as relações com toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que se relacione ou que atue em nome da Companhia, suas empresas coligadas e controladas, incluindo, entre outros, quaisquer prestadores de serviço, fornecedores, consultores, revendedores, parceiros de negócio, despachantes e parceiros em joint ventures.

5.3 Programa de integridade

O Código de Conduta e o Código de Conduta para Terceiros estão disponíveis no site da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Violações ao Código de Conduta

Qualquer violação do Código de Conduta resultará em medidas disciplinares como advertência, suspensão, demissão e outras que o Comitê de Ética entender como aplicáveis, de acordo com a gravidade da infração. O objetivo dessas ações é salvaguardar a reputação e a imagem da Companhia, além de reforçar a adoção da prática ética no dia a dia. Todos os colaboradores têm o dever de relatar imediatamente qualquer violação ao Código de Conduta da Companhia.

A omissão diante de possíveis infrações será igualmente considerada conduta inadequada e implicará nas mesmas sanções aplicáveis às demais ocorrências. Dependendo da gravidade do caso, o Comitê de Ética poderá avaliar com o Departamento Jurídico a possibilidade de propostas judiciais cabíveis, além das eventuais medidas disciplinares adotadas.

Violações ao Código de Conduta para Terceiros

Qualquer violação ao Código de Conduta para Terceiros resultará em penalidades apropriadas à empresa terceira contratada, como rescisão de contratos firmados e descredenciamento como fornecedor homologado da Companhia. Todos os Terceiros têm o dever de relatar imediatamente qualquer violação ao Código de Conduta para Terceiros. A omissão diante de possíveis infrações será igualmente considerada conduta inadequada e implicará nas mesmas sanções aplicáveis às demais ocorrências. Dependendo da gravidade do caso, o Comitê de Ética poderá avaliar com o Departamento Jurídico a possibilidade de adoção das medidas judiciais cabíveis, além das eventuais outras medidas corretivas adotadas.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021 e o Código de Conduta para Terceiros foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021. O Código de Conduta e um Código de Conduta para Terceiros estão disponíveis no site da CVM ([sistemas.cvm.gov.br](https://www.cvm.gov.br)) e no site da Companhia (<https://unipar.com/programa-de-compliance/>).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente, a Linha Direta Unipar, que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana, em <https://www.contatoseguro.com.br/Unipar>, no portal da Companhia e também gratuitamente pelos seguintes telefones:

5.3 Programa de integridade

Argentina: 0800 666 3243

Brasil: 0800 648 6309

Focado nos pilares de confiança, sigilo e imparcialidade, a Linha Direta Unipar é administrada por um prestador de serviços terceirizado e independente a fim de assegurar a confidencialidade e permitir que as pessoas façam seus relatos anonimamente, de modo a proteger suas identidades.

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias (Linha Direta Unipar) é gerido por uma empresa terceira especializada e é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Companhia, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Conforme indicado no item anterior, o canal de denúncias da Companhia está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros.

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Denúncias é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em na página institucional da Companhia para acesso a este canal (<https://www.unipar.com/linha-direta/>).

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a Área de Compliance, que deverá apurar as denúncias recebidas pela Linha Direta Unipar ou outros meios formalizados, garantindo a imparcialidade e confidencialidade dos fatos relatados, da identidade do denunciado e demais envolvidos, assim como a efetividade da apuração. Por sua vez, o Comitê de Ética é responsável pelas decisões, instruções, recomendações e ações a serem adotadas buscando tornar efetivo o programa de compliance da Companhia.

A Área de Compliance conta com o suporte do Comitê de Ética para avaliação e tratamento de denúncias, bem como em investigações. Quando houver necessidade, Comitê de Ética será responsável por deliberar sobre o tratamento da denúncia ou relato, recomendando a investigação e aplicação de medidas disciplinares, quando necessário.

O Comitê de Ética foi formalmente criado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua 555ª Reunião, realizada no dia 11 de novembro de 2015.

5.3 Programa de integridade

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na Política de Gestão de Riscos adotada, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.